



2 setembro 2020

SE Secretário-Geral Adjunto Nestor Mendez  
Organização dos Estados Americanos  
200 17th Street NW  
Washington, DC 20006

Enviado por e-mail para [nmendez@oas.org](mailto:nmendez@oas.org)

**RE: Declaração do Secretário-geral de 7 de Agosto sobre a participação em um evento para celebrar a Semana de Povos Indígenas**

Honorável Secretário-Geral Adjunto:

Agradecemos as desculpas contidas na Declaração da Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos ( [7 de agosto de 2020](#) ) e o compromisso do Gabinete do Secretário-Geral Adjunto de colaborar mais estreitamente com os povos e comunidades indígenas no planejamento de eventos futuros. Apesar disso, o Indian Law Resource Center e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira defendem nossas respectivas declarações sobre o Brasil não permitir que um líder indígena fale na reunião do Conselho Permanente que foi realizada durante a Semana Interamericana dos Povos Indígenas. Seja qual for o motivo, a oportunidade de informar o Conselho Permanente e a OEA foi perdido e isso é muito lamentável. É importante agora mais do que nunca que a OEA ouça as lideranças indígenas de base, que são democraticamente eleitas pelas comunidades que representam, porque têm conhecimento do que está de fato acontecendo nas comunidades e territórios indígenas.

Também expressamos nossa extrema preocupação com a crise aberta na OEA por conta do veto ao brasileiro Paulo Abrão, derrubado do cargo de secretário-geral da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).<sup>1</sup> Protestamos contra o veto e alertamos para o risco de um enfraquecimento do principal sistema de direitos humanos nas Américas, num momento de ameaças à democracia em diversos locais, como o Brasil.

Tendo em vista a oportunidade perdida de informar o Conselho Permanente e a OEA, é extremamente urgente chamar a atenção para a terrível situação dos povos indígenas na Amazônia

---

<sup>1</sup> Inter-American Commission on Human Rights, “The Inter-American Commission on Human Rights (IACHR) Condemns the Serious Attack on Its Autonomy and Independence as a Principal Body of the Organization of American States,” *Organization of American States*, 25 August 2020, accessible at: [http://www.oas.org/en/iachr/media\\_center/PReleases/2020/202.asp](http://www.oas.org/en/iachr/media_center/PReleases/2020/202.asp).

brasileira e em todo o México, América Central e do Sul e Caribe no contexto da Pandemia do COVID-19. A pandemia do COVID-19 destacou e exacerbou as desigualdades e os abusos dos direitos humanos que os povos indígenas em toda a região (e em todo o mundo) enfrentam.

Já marginalizados por anos de colonização e racismo sistêmico, os povos indígenas são particularmente vulneráveis ao coronavírus por causa do acesso desigual a cuidados de saúde e suprimentos médicos adequados, a ausência de informações críticas em línguas indígenas e a falta de acesso a fontes de água limpas ou suficientes. Além disso, muitas comunidades indígenas simplesmente não têm a imunidade para combater o novo vírus e outras doenças semelhantes. Para os povos indígenas em isolamento ou contato recente, a pandemia ameaça a sua própria existência.

Os governos da região estão usando a pandemia como desculpa para contornar o estado de direito. Alguns países autorizaram ou aumentaram a presença militar e policial para impor medidas de bloqueio, às vezes com consequências letais. Alguns países também usaram a pandemia como uma cobertura para promulgar legislação que apoia projetos de infraestrutura ou desenvolvimento, colocando os povos indígenas, especialmente aqueles “isolados” ou de recente contato, em maior risco de contrair o vírus.

A situação no Brasil não é diferente, mas exige muita atenção dada a explícita retórica anti-indígena e anti-ambiental do atual governo. De fato, os efeitos da COVID-19 sobre os povos indígenas pioraram muito devido ao fracasso do governo brasileiro em tomar as medidas adequadas, e em fornecer os serviços e suprimentos médicos necessários. A pandemia intensificou uma série de outras questões de direitos humanos para essas comunidades, como a sistemática invasão de seus territórios por agentes de atividades ilegais, como o garimpo e o corte de madeira.

A pandemia da COVID-19 no Brasil está entre as piores do mundo. Mais de 3.000.000 pessoas foram infectadas e mais de 110.000 morreram. Por mais altos que sejam esses números, os verdadeiros números são provavelmente maiores. Especialistas têm criticado as estatísticas sobre a COVID-19 do Estado brasileiro como deficientes e, em alguns casos, manipuladas. Em 6 de junho, a decisão do governo de interromper a publicação de mortes e infecções por Coronavírus gerou protestos internacionais. O Supremo Tribunal Federal ordenou que o governo retome a publicação dos totais corridos, declarando que a retenção dessas informações viola o dever constitucional do estado de proteger “a vida e a saúde de todos os brasileiros.” À medida que a situação da saúde pública continua a deteriorar-se, a resposta do governo à pandemia tem sido lenta, descoordenada e contraditória. O governo brasileiro não implementou as recomendações padrão de medidas de saúde para responder à pandemia.

Neste contexto, a situação dos povos indígenas é ainda mais terrível e piora rapidamente. As comunidades indígenas do Brasil foram particularmente atingidas pela COVID-19 porque - por razões históricas, culturais e sociais - elas são mais vulneráveis a doenças infecciosas. Os povos indígenas no isolamento e de recente contato correm um risco especialmente alto, e já existem casos confirmados em, ao menos, quatro Terras Indígenas (TIs) onde essas populações habitam. Entre elas, as TIs Yanomami e Vale do Javari, que abrigam vários grupos diferentes.

Até 1 de setembro, cerca de 29.300 indígenas em todo o Brasil foram diagnosticados com o coronavírus,<sup>2</sup> uma taxa quase o dobro da população não indígena. Pelo menos 731 indígenas morreram da doença, incluindo um punhado de líderes indígenas proeminentes e anciãos e anciãs que eram como repositórios de história, cultura, língua e medicina tradicional de suas comunidades. Somente na Amazônia brasileira, são 21.867 casos confirmados, 629 falecimentos e 126 povos atingidos (dados levantados até 28 de agosto).<sup>3</sup> Apesar disso, praticamente nada foi feito pelo governo federal para criar uma estratégia eficaz de medidas preventivas e de cuidados de saúde dos povos indígenas.

Embora o Brasil afirme repetidamente que está adotando medidas para conter a pandemia e prestar assistência a esses povos, as medidas são muito restritas e descoordenadas, resultando em centenas de mortes de indígenas e violando seus direitos individuais e coletivos. Até o momento, a FUNAI, órgão governamental responsável pelos assuntos indígenas, não possui um plano de ação nacional de combate à COVID-19. A SESAI, órgão do governo federal de saúde indígena, desenvolveu e publicou um Plano Nacional de Contingência para Infecção do Novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas. Contudo, o plano da SESAI continha informações gerais e carecia de medidas específicas que considerassem a especial vulnerabilidade dos povos indígenas, especialmente daqueles em isolamento voluntário e de recente contato.

De acordo com entrevistas e dados obtidos pelo The New York Times, alguns prestadores de serviços de saúde designados para postos de saúde próximos às comunidades indígenas podem ter disseminado a COVID-19 inconscientemente para os povos indígenas.<sup>4</sup> A partir de julho, mais de 1.000 profissionais de saúde do SESAI tiveram resultados positivos. Profissionais de saúde disseram que não têm suprimentos e equipamentos de proteção suficientes para proteger essas populações vulneráveis. Recentemente, o atual governo vetou medidas específicas aprovadas pelo Congresso brasileiro com o objetivo de proteger os povos indígenas da pandemia.<sup>5</sup> Além disso, apesar dos pedidos repetidos<sup>6</sup> pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil a adotar uma série de medidas para prevenir a propagação do COVID-19, o governo não tem ainda cumprido com determinados prazos para a criação de barreiras sanitárias, uma equipe de resposta a crises, e um

---

<sup>2</sup> For latest data gathered by APIB, the national indigenous organization in Brazil tracking the pandemic, see [http://emergenciaindigena.apib.info/dados\\_covid19/](http://emergenciaindigena.apib.info/dados_covid19/).

<sup>3</sup> For the latest data gathered by COIAB, the largest regional indigenous organization in Brazil tracking the pandemic in the Brazilian Amazon, see: <https://coiab.org.br/covid>.

<sup>4</sup> Andreoni, Manuela, Londoño, Ernesto, and Casado Letícia, “Brazil Health Workers May Have Spread Coronavirus to Indigenous Peoples,” *The New York Times*, 19 July 2020, accessible at: <https://www.nytimes.com/2020/07/19/world/americas/coronavirus-brazil-indigenous.html?smid=em-share>.

<sup>5</sup> Pedroso, Rodrigo, and Rahim, Zamira, “Brazilian President Jair Bolsonaro vetoes Covid-19 protections for indigenous people,” *CNN*, 8 July 2020, accessible at: <https://www.cnn.com/2020/07/08/americas/brazil-jair-bolsonaro-coronavirus-intl/index.html>.

<sup>6</sup> For the first Federal Supreme Court order, see: Notícias STF, “Barroso determina que governo federal adote medidas para conter avanço da COVID-19 entre indígenas,” *Supremo Tribunal Federal*, 8 July 2020, accessible at: <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=447103&caixaBusca=N>, For the second Federal Supreme Court order, see: Notícias STF, “STF referenda medidas de enfrentamento da Covid-19 em terras indígenas,” *Supremo Tribunal Federal*, 5 August 2020, accessible at: <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=448997>.

plano para remover os invasores.<sup>7</sup> Um dos Ministros do STF, Luiz Fux, observou que essa situação pode ser descrita como genocídio.<sup>8</sup>

Muito antes do início da COVID-19, uma combinação de inação do governo, desregulamentação e retórica anti-indígena causou uma cascata de violações dos direitos indígenas. Desde a eleição de Jair Bolsonaro, as agências governamentais encarregadas de salvaguardar os direitos indígenas e a política de proteção ambiental foram enfraquecidas por cortes de orçamento e pessoal. Houve um aumento acelerado do desmatamento na Amazônia brasileira, particularmente em terras indígenas. Os assassinatos de líderes indígenas no Brasil aumentaram dramaticamente, com 2019 registrando o maior número de assassinatos em duas décadas. As invasões e incursões ilegais de madeireiros, garimpeiros, posseiros e grileiros em terras indígenas também se aceleraram. As intrusões agressivas e indesejáveis de grupos missionários também aumentaram, ameaçando os meios de subsistência e as vidas de povos indígenas em isolamento voluntário. Em qualquer circunstância, essas intrusões constituem graves violações dos direitos indígenas, incluindo direitos culturais, direitos coletivos à terra e direitos dos povos indígenas em isolamento voluntário.<sup>9</sup> No contexto da COVID-19, essas invasões e transgressões colocam os povos indígenas, especialmente aqueles em isolamento voluntário ou de recente contato, em risco de destruição, seja pela violência direta dos invasores ou por riscos epidemiológicos.

A pandemia está servindo como uma cobertura para o Estado minar ainda mais os direitos indígenas e as políticas ambientais. Entre março e maio de 2020, o Presidente Bolsonaro emitiu 195 atos - portarias, instruções normativas, decretos e outras medidas - com o objetivo de flexibilizar as leis ambientais.<sup>10</sup> Embora os muitos atos do governo não tenham a mesma força legal, uma vez que não foram aprovados pelo Congresso, sua emissão os coloca em vigor até que o Congresso ou os tribunais possam analisá-los e revogá-los, o que pode levar um tempo considerável. Para referência, durante o mesmo período de 2019, apenas 16 atos foram publicados. O governo também permitiu projetos de indústria extrativa e a continuidade da construção e uso de infraestrutura em terras indígenas, especialmente na Amazônia, aumentando os temores sobre a propagação da COVID-19.

---

<sup>7</sup> Rubaii, Nadia, and Araujo Jr., Julio José, “Judge orders Brazil to protect Indigenous peoples from ravages of COVID-19,” *The Conversation*, 7 July 2020, accessible at: <https://theconversation.com/judge-orders-brazil-to-protect-indigenous-people-from-ravages-of-covid-19-142356>. See also de Agostinho, Jaime, “Apesar do ordem do STF, governo não cria barreiras sanitárias para proteger indígenas isolados,” *Ecoamazonia*, 23 July 2020, accessible at: <https://www.ecoamazonia.org.br/2020/07/apesar-ordem-stf-governo-cria-barreiras-sanitarias-protoger-indigenas-isolados/>. See also, Álvares, Débora, “Top court rules Brazil must protect Indigenous peoples in pandemic,” *Associated Press*, 5 August 2020, accessible at: <https://www.pbs.org/newshour/world/top-court-rules-brazil-must-protect-indigenous-in-pandemic>.

<sup>8</sup> Reverdosa, Marcia, Pedroso, Rodrigo, and Wenzel, Fernanda, “Brazil’s top court backs special protection for indigenous communities, but won’t set timeline for exit of outsiders,” *CNN*, 10 August 2020, accessible at: <https://www.cnn.com/2020/08/08/americas/brazil-supreme-court-indigenous-ruling-intl/index.html>.

<sup>9</sup> Brazil, which adopted the American Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, has a duty to protect the rights indigenous peoples. Moreover, under Article 24, Brazil must protect indigenous peoples in isolation or recent contact from unwanted contact and recognize their lands and territories. See: Organization of American States General Assembly, American Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, 15 June 2016, AG/RES. 2888 (XLVI-O/16), accessible at: <https://www.oas.org/en/sare/documents/DecAmIND.pdf>.

<sup>10</sup> Gonzales, Jenny, “Brazil dismantles environmental laws via huge surge in executive acts: Study,” *Mongabay*, 5 August 2020, accessible at: <https://news.mongabay.com/2020/08/brazil-end-runs-environmental-laws-via-huge-surge-in-executive-acts-study/>.

Durante uma reunião de gabinete em maio, Ricardo Salles, o Ministro do Meio Ambiente, sugeriu que, à medida que a imprensa e a comunidade internacional se concentram na pandemia global, o governo aproveitasse o momento para “passar a boiada” pela Amazônia, “mudando regras e simplificando regulações ambientais,” indicando que o governo Bolsonaro deveria facilitar o caminho para o agronegócio e a mineração.<sup>11</sup> Por exemplo, o Projeto da Lei 2633/20, conhecida como “lei da grilagem,” permitiria aos proprietários não indígenas obter rapidamente o reconhecimento das terras que reivindicaram, antes mesmo que as comunidades indígenas que realmente possuem as terras pudessem fazer suas reivindicações.<sup>12</sup> Junto com a recusa de Bolsonaro em homologar territórios indígenas, essas leis buscariam negar ou anular efetivamente os direitos das terras indígenas, levando a mais violência, mortes e destruição ambiental à medida que os invasores buscam reivindicar essas terras. Talvez convencidos de que o governo está do seu lado, e encorajados pelo caos da pandemia, garimpeiros, madeireiros e grileiros invadem territórios indígenas legalmente demarcados em busca de novas terras para a exploração minerária e do agronegócio, sem considerar as consequências humanas e ambientais.

Em resposta às pressões internacionais, o governo prometeu proteger a Amazônia, implantando as forças armadas para combater o desmatamento<sup>13</sup> e com uma moratória obrigatória do governo sobre incêndios na Amazônia,<sup>14</sup> no entanto, há muitas razões para antecipar que a Amazônia pode enfrentar outra grande onda de incêndios florestais. As taxas de desmatamento, impulsionadas por invasões e apreensões ilegais de terras, são um indicador provável da intensidade das queimadas na estação seca, na qual os incêndios são deliberadamente iniciados por fazendeiros e pecuaristas a fim de limpar as árvores derrubadas para a pastagem de gado e agronegócio. Já no primeiro semestre de 2020, as taxas de desmatamento na Amazônia foram as piores já registradas, com 1.185 milhas quadradas perdidas.<sup>15</sup> Dados do INPE mostram que o desmatamento aumentou 34,5% entre agosto de 2019 e julho de 2020. Além disso, pesquisadores do INPE detectaram 2.248 incêndios na Amazônia em junho - o maior número de incêndios registrados no mês de junho desde 2007.<sup>16</sup> Nos primeiros dez dias de agosto, foram registrados mais de 10.000 incêndios, um aumento de 17% em relação ao mesmo período do ano passado.<sup>17</sup> Especialistas alertam que a poluição do ar pela fumaça dos incêndios pode agravar a

---

<sup>11</sup> Jones, Daniel, “The Urgent Need to Break from Herd Mentality,” *Feedback*, 29 May 2020, accessible at: <https://feedbackglobal.org/the-urgent-need-to-break-from-herd-mentality/>.

<sup>12</sup> Fearnside, Philip, “Brazil’s Land-Grabbers Law Threatens Amazonia,” *Mongabay*, 25 May 2020, accessible at: <https://news.mongabay.com/2020/05/brazils-land-grabbers-law-threatens-amazonia-commentary/>.

<sup>13</sup> Simões, Eduardo, and Spring, Jake, “Brazil to deploy troops to protect Amazon as deforestation surges,” *Reuters*, 29 April 2020, accessible at: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment/brazil-to-deploy-troops-to-protect-amazon-as-deforestation-surges-idUSKBN22B2CC>

<sup>14</sup> Carvalho, Daniel, “Brazilian Government Bans Fires in the Amazon and Pantanal for 120 Days,” *Folha de S. Paulo*, 17 July 2020, accessible at: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/scienceandhealth/2020/07/brazilian-government-bans-fires-in-the-amazon-and-pantanal-for-120-days.shtml>.

<sup>15</sup> Pedroso, Rodrigo, and Darlington, Shasta, “Brazil registers most Amazon fires for the month of June since 2007,” *CMN*, 1 July 2020, accessible at: <https://www.cnn.com/2020/07/01/americas/brazil-forest-fires-amazon-intl/index.html>.

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> Phillips, Dom, “Brazil experiences worst start to Amazon fire season for 10 years,” *The Guardian*, 13 August, 2020, accessible at: <https://www.theguardian.com/environment/2020/aug/13/brazil-experiences-worst-start-to-amazon-fire-season-for-10-years>.

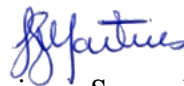
COVID-19, não só no Brasil, mas no mundo. De acordo com a NASA, os incêndios têm liberado concentrações perigosas de monóxido de carbono na América do Sul e nos oceanos Atlântico e Pacífico.<sup>18</sup> Bolsonaro respondeu negando os dados e chamando os incêndios de uma mentira.<sup>19</sup>

Para concluir, esperamos que esta carta ajude a chamar sua atenção para a situação gravíssima, urgente e perigosa que os povos indígenas da Amazônia brasileira enfrentam no contexto da COVID-19 e sob a atual administração. Esperamos que esta carta forneça as informações do que você precisa para fazer todo o possível para garantir a proteção dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Estamos à disposição para esclarecer suas dúvidas.

Yours respectfully,



Robert Coulter  
Executive Director  
Indian Law Resource Center



Francinara Soares Martins  
General Coordinator  
Coordination of the Indigenous Organizations of  
the Brazilian Amazon

---

<sup>18</sup> Flis, Andrej, “The Amazon rainforest is being set on fire, with wildfire smoke circulating the hemisphere,” *Severe Weather Europe*, 15 August 2020, accessible at: <https://www.severe-weather.eu/news/amazon-wildfire-smoke-hemisphere-fa/>.

<sup>19</sup> Wood, Vincent, “Brazil’s Bolsonaro calls Amazon fires a ‘lie’ despite surges in blazes,” *The Independent*, 13 August 2020, accessible at: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/brazil-amazon-rainforest-fires-jair-bolsonaro-environment-a9667766.html>.